JUSTIFICATIVA

Guaíba, 10 de agosto de 2015.

Senhor Presidente e Senhores Vereadores;

Os restaurantes, bares, lanchonetes e similares, devem fixar externamente, em suas entradas, ou em um lugar visível, a forma de pagamento, para que as informações fiquem ostensivamente exposta de forma clara, precisa, legível e correta, não sendo capaz de induzir o consumidor em erro.

A legislação brasileira não obriga a ninguém receber pagamento por meio de cheques ou cartões de crédito ou débito, excetuando-se o realizado em moeda corrente que tem seu

A legislação brasileira não obriga a ninguem receber pagamento por meio de cneques ou cartões de crédito ou débito, excetuando-se o realizado em moeda corrente que tem seu curso forçado, o que a faz ser aceita obrigatoriamente em pagamento. De qualquer forma, cabe pagamento forçado, o que a faz ser aceita obrigatoriamente em pagamento. De qualquer forma, cabe pagamento serabelecimentos dar publicidade sob as formas de pagamento que são aceitas.

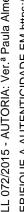
Em vários casos, a falta de informação ou as informações inadequadas causam grandes reconstrangimentos aos consumidores. Um exemplo disso seria o fato de em alguns estabelecimentos que não aceitam cartão de crédito (sem informação clara disso), o cliente entra, consome e, quando vai efetuar o pagamento é surpreendido com a recusa de que o pagamento seja realizado por meio de cartão de crédito. Por esse, entre outros motivos, é obrigatório aos estabelecimentos fornecerem informações adequadas aos consumidores.

Portanto conforme acima exposto é que proponho, nesse sentido, o referido projeto de lei onde os estabelecimentos no seguimento de restaurantes, bares, lanchonetes e similares, sejam obrigados a fixarem de forma clara e visível, placas ou anúncios onde informem que não aceitam cartões de débito, crédito ou cheques como forma de pagamento.

Vereadora Paula Almeida - PROS

Vereadora Paula Almeida - PROS

Portanto conforme aceitam cartões de débito, crédito ou cheques como forma de pagamento.





Projeto de Lei n. /201

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que especifica, manterem cartaz esclarecendo que não aceitam cheques, cartões de débito ou de crédito como forma de pagamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais no seguimento de restaurantes, bares, lanchonetes e similares, que não aceitam cheques, cartões de débito ou de crédito como forma de pagamento, ficam obrigados a divulgarem, de maneira destacada e legível, em local visível, cartaz ou placa com os seguintes dizeres:

"Não aceitamos cartão de crédito, cartão de débito e/ou cheques";

- Art. 2º Os estabelecimentos a que se refere esta Lei, terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da promulgação da presente norma legal, para se adequarem às disposições nela contidas.
- Art. 3º O não atendimento ao disposto nesta Lei, sujeitará ao infrator, multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), dobrada a cada reincidência, reajustável, anualmente, pelo índice PLL 072/2015 - AUTORIA: Ver.^a Paula Almeida adotado pelo Executivo Municipal.
 - Art. 4º Esta Lei será regulamentada pelo Executivo Municipal, no que lhe couber.
 - Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíba, 10 de agosto de 2015.

Prefeito Municipal

